



Revista Archai
ISSN: 1984-249X
archaijournal@unb.br
Universidade de Brasília
Brasil

de Souza, Eliane
Benoit, H. (2015). Platão e as temporalidades: a questão metodológica. São Paulo, Annablume
Revista Archai, núm. 16, 2016, -, pp. 351-360
Universidade de Brasília
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=586162796014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UNEM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

**BENOIT, H. (2015). *PLATÃO
E AS TEMPORALIDADES:
A QUESTÃO METODOLÓGICA.*
SÃO PAULO, ANNABLUME**

SOUZA, E. de (2016). Resenha: Benoit, H. (2015). *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo, Annablume. *Archai*, n. 16, jan.-apr., p. 351-360.

DOI: http://dx.doi.org/10.14195/1984-249X_16_12

Foi finalmente publicada a primeira parte da tese de Livre Docência em Filosofia de Hector Benoit, defendida em 2004 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. O trabalho original era uma tetralogia dramática e, para fins de publicação, foi dividido em duas partes. Benoit apresenta, nessa primeira parte, um trabalho metodológico que serve como preparação para a publicação futura do romance filosófico *A odisseia de Platão*, mas que pode também ser lido como um livro autônomo.

archai 

n. 16, jan.-apr. 2016

Eliane de Souza, Resenha: 'Benoit, H. (2015). *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo, Annablume', p. 351-360

O livro, que conta com apresentação do professor Arlei Moreno, da Unicamp, procura aproximar o leitor da situação de um leigo que lê Platão sem nenhuma informação, suspendendo os pressupostos teóricos que envolvem o texto dos diálogos e afastando-o da metafísica ocidental. A proposta é deixar de lado a ideia de que Platão é o autor supremo de uma doutrina sistemática e começar a ver a cena dos diálogos como análoga à da poesia homérica e trágica. Nesse sentido, o livro tem um caráter negativo, ao colocar em suspensão as interpretações que impedem a aproximação a um Platão conceitualmente poético. Seu intuito é preparar o leitor para ler os diálogos sem o recurso da tradição interpretativa, o que permite contemplar a sua *lexis* (modo de exposição). A disposição ordenada dos textos em uma temporalidade construída com os elementos léxicos revolucionaria a interpretação desses textos e o processo hermenêutico de toda a história da filosofia, segundo Benoit.

O livro é dividido em cinco capítulos. O capítulo 1, Platão e a poética do *logos*, levanta a questão da relação entre discurso filosófico e poesia a partir do *logos* de Platão, questão que, segundo o autor, não foi bem compreendida até hoje, nem mesmo por Heidegger. O problema passa a ser investigado a partir de um histórico de narrações que relatam Platão como sendo inicialmente um poeta e que, ao se tornar discípulo de Sócrates, se afasta da poesia e se transforma em seu inimigo. Esse percurso biográfico de Platão, que Benoit considera lendário, foi divulgado por Apuleu no século II d.C., sustentado no neoplatonismo por Proclus no século V d.C. e relatado no manual anônimo *Prolegomena*, texto do século VI d.C. A descrição de Platão como crítico da poesia perdura até Nietzsche.

che, causando, na interpretação do texto platônico, uma tensão entre arte, moral e metafísica. Essa tensão se repete em Heidegger e permanece na maioria dos comentários contemporâneos que se referem a Platão como aquele que expulsou os poetas da cidade, dentre os quais Havelock. Graças a esse tipo de interpretação, até artistas e pensadores de vanguarda se voltaram contra Platão, mostra Benoit. O autor coloca uma dúvida: como é possível que Platão tenha tentado destruir a poesia e, ao mesmo tempo, tenha escrito obras filosóficas que são também estéticas e dramáticas?

Benoit considera que não existe diálogo que seja propriamente narrativo. Todos os diálogos são dramas não narrados diretamente ao leitor, mesmo aqueles que a tradição reconheceu como narrativos. Como exemplo, faz um exame do *Protágoras*, do *Cármides* e da *República* para mostrar que são diálogos e não narrações, como se costuma interpretar. Se os diálogos forem lidos a partir da forma dramática e da imitação, propõe, a obra de Platão se aproxima da *lexis* poética da tragédia e da comédia. Os diálogos seriam então uma das formas supremas da arte grega.

Para Benoit, a cena da metafísica ocidental é uma visão exterior da obra. Nietzsche, ao pretender romper com essa cena, paradoxalmente encontra na filosofia de Platão seu alicerce. A dúvida do autor é até que ponto se pode aceitar essa posição de Nietzsche e de seus seguidores. O livro é um esforço metodológico para mostrar que as acusações de que Platão expulsou os poetas e a poesia da cidade se fundamentam em uma tradição interpretativa duvidosa, da qual Benoit acredita que ainda não nos libertamos. Em vez de excluir a poesia, o autor opta por seguir a *lexis* platônica

archai ἀρχαί

n. 16, jan.-apr. 2016

Eliane de Souza, Resenha: 'Benoit, H. (2015). *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo, Annablume', p. 351-360

em busca da construção conceitualmente poética das temporalidades presentes em seu pensamento.

No capítulo 2, *Os diálogos entre Homero e Proclus*, Benoit faz uma escolha pela *tautagoria*, forma de leitura sem qualquer interpretação, que procura trazer apenas o que se manifesta em suas relações de superfície, em detrimento da interpretação alegórica, que procura uma outra coisa sob as coisas que se manifestam e um outro dizer com significado profundo. Benoit reconstrói historicamente a transformação do discurso autônomo, não instrumentalizado, em um discurso que passa a velar o mundo. Com o surgimento das formas mercantis, o *logos* deixa de ser parte da *physis* e exige técnicas de interpretação para a descoberta de significados profundos. A preocupação do autor é mostrar como, a partir do século V a.C., toda a tradição antiga é submetida à exegese alegórica, começando pelos mitos e poemas homéricos e chegando até Platão no neoplatonismo. Ele elege como exemplo dessa tradição exegética neoplatônica a leitura que Proclus faz de uma passagem da *Iliada*, segundo a qual busca-se compreender a doutrina secreta sob os versos de Homero e absolvê-lo das acusações que Platão faz a ele na *República*. Para Proclus, as imitações poéticas escondem manifestações onto-teológicas e seu esforço corresponde à uma leitura de Homero à luz dos diálogos de Platão. Deve-se a Proclus também uma vasta interpretação onto-teológica dos diálogos, que Benoit considera tão arbitrária e fantasiosa quanto aquela dedicada a Homero.

Benoit denuncia, nas leituras de Proclus e de seus antecessores, as origens da interpretação de como Platão criador do mundo supra-sensível, interpreta-

ção essa que surgiu às custas de sucessivas camadas de hermenêutica neoplatônica, e coloca em dúvida se as interpretações modernas e contemporâneas não trazem esse legado de mutilação da *lexis* platônica. O que Benoit propõe, então, é um grande trabalho arqueológico para fazer surgir o texto platônico mais próximo de Homero, fora do âmbito alegórico do neoplatonismo; propõe não priorizar a doutrina filosófica, ao modo de Proclus, mas ler os diálogos como organismos internamente e externamente articulados.

O Capítulo 3, Uma obra sem autor e sem doutrina, é uma busca de Platão no interior dos seus próprios diálogos. Em uma época em que os gregos afirmavam a autoria de seus escritos, Platão está ausente dos diálogos, seja como autor, seja como defensor de uma doutrina. Seu nome aparece poucas vezes como personagem, porém de modo breve ou que às vezes, suspeita Benoit, se faz presente por sua ausência. Por isso, uma leitura com suspensão das suposições tomadas pela tradição como certezas irrefutáveis levará o leitor a ver que pouco resta da presença de Platão como identidade. Personagens como Sócrates, Crítias, Parmênides e o Estrangeiro de Eleia não são portadores da palavra de Platão e não há, nos diálogos, um único autor que centraliza uma doutrina positiva, coerente e sistemática, já que os diálogos são discursos entrecruzados de múltiplos personagens e não podem expressar uma doutrina filosófica única.

O privilégio da fala de Sócrates, além de diversas estratégias que suprimem a dramaticidade do diálogo, transformaram o texto em monólogos e daí, explica o autor, se deduz uma “doutrina platônica” das ideias e, em torno dela, outros “dogmas”, como a ideia de

archai ἀρχαί

n. 16, jan.-apr. 2016

Eliane de Souza, Resenha: ‘Benoit, H. (2015). *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo, Annablume’, p. 351-360

Eliane de Souza, Resenha: 'Benoit, H. (2015). *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo, Annablume', p. 351-360

Bem, a oposição sensível-inteligível, a teoria da reminiscência, a teoria da *mimesis* que condena os poetas, a *paideia* platônica e o projeto de cidade ideal. A questão que Benoit levanta é: em que medida recortes de discursos de diversos personagens podem, de maneira legítima, ser tomados como a doutrina de Platão? Se hoje essa questão não faz sentido para os leitores e intérpretes, Benoit nota que a Antiguidade não teve tanta certeza a respeito da existência de uma doutrina platônica. Para mostrar isso, faz uma exposição de testemunhos antigos que negavam um Platão dogmático.

Uma leitura conceitualmente poética de Platão exige um olhar sem mediação da tradição, por isso o capítulo termina com uma introdução ao tema da temporalidade da *lexis*, mostrando que os personagens dos diálogos são marcados por esta temporalidade e não seres imutáveis como, em geral, tradição os representa. A maioria dos diálogos possuem demarcações temporais objetivas inscritas nos próprios textos, como fatos ou acontecimentos históricos, que os situam em certa *diataxis* ou disposição geral.

Segundo o autor, essas demarcações temporais já eram utilizadas em edições dos diálogos desde o século III a.C. A primeira edição teria ordenado os textos em trilogias que obedeciam às demarcações lexicais. Benoit faz então um histórico da ordenação dos diálogos nas edições, que passam de trilogias para tetralogias, e salienta que até o século II d.C. a disposição era feita por demarcações lexicais, quando então passa a obedecer a uma nova ordem exigida por uma suposta "doutrina" de Platão. Só em 1920 a publicação da *Société d'Édition "Les Belles Lettres"* rompe com a tradição das tetralogias e passa a dispor os diálogos

a partir do suposto tempo cronológico de produção da obra. Constrói-se, então, um Platão socrático, dos primeiros diálogos, e um Platão da maturidade, dos diálogos metafísicos. Desde 1950, o problema do ordenamento foi sendo abandonado como teoricamente irrelevante para a compreensão dos textos de Platão, com exceção das interpretações de Schleiermacher e Munk.

O capítulo 4, *A diátaxis* enquanto temporalidade da *lexis*, tenta encontrar a disposição dos diálogos a partir da *lexis*, sem qualquer interpretação. Entre os vinte e nove diálogos reconhecidos como autênticos, Benoit data com precisão dezenove diálogos entre os considerados mais importantes do ponto de vista do conteúdo da filosofia platônica e consegue uma datação aproximada dos outros. A disposição da temporalidade da *lexis* obedece uma periodização em cinco momentos. Após a exposição de seu trabalho de datação de cada diálogo, Benoit chega ao seguinte esquema geral da temporalidade da *lexis*: primeiro momento (450) – Parmênides; segundo momento (434 a 410) – Protágoras, Eutidemo, Lysis, Alcibiades I, Cármides, Górgias, Hípias Maior, Hípias Menor, Lákhes, Mênon, Banquete, Fedro; terceiro momento (410 a 399) – República, Timeu, Crítias, Filebo; quarto momento (399) – Teeteto, Eutífron, Crátilo, Sofista, Político, Apologia, Criton, Fédon; quinto momento (356-347) – Leis.

No capítulo 5, *A lexis* e outras temporalidades, Benoit reconhece, em Platão, além de uma *temporalidade da lexis*, outras três temporalidades que partem desta e se articulam: uma *temporalidade da noesis*, correspondente ao pensamento lógico-conceitual de Platão; uma temporalidade da *genesis*, correspondente aos

archai ἀρχαί

n. 16, jan.-apr. 2016

Eliane de Souza, Resenha: 'Benoit, H. (2015). *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo, Annablume', p. 351-360

acontecimentos que envolvem a história dos personagens, do pensamento e da história factual grega; e uma *temporalidade da poiesis*, correspondente à ação temporal de produção da obra, a sua cronologia.

Em geral, nota o autor, os comentadores privilegiam uma ou outra dessas temporalidades como filosoficamente pertinente. Sob essa perspectiva, faz críticas a tais comentadores, principalmente à corrente estruturalista de Victor Goldschmidt, que teria privilegiado a temporalidade lógico-conceitual.

A partir da temporalidade da *lexis*, seguindo o critério metodológico, pode-se chegar primeiramente à temporalidade lógico-conceitual de um modo não mais arbitrário, como aquele que propôs o estruturalismo. A disposição ordenada dos textos segundo a temporalidade da *lexis* poderia indicar a intencionalidade do autor, ou seja, a forma final através da qual Platão procurou ordenar seu *logos*. Teremos então o sentido de cada diálogo no tempo geral de sua obra. Assim, a temporalidade da *lexis* deve ser pensada como não meramente literária, sob o risco de alterar a temporalidade conceitual dos diálogos.

Depois de descobertas *lexis* e *noesis*, haverá a possibilidade de reconstruir (em maior ou menor medida) a temporalidade da *genesis* – a história biográfica de Platão – e daí se pode finalmente chegar à temporalidade da *poiesis* – a cronologia de sua obra. A ordem metodológica das temporalidades é *lexis-noesis-gênesis-poiesis*, embora a ordem objetiva de construção dos textos seja *genesis-poiesis-noesis-lexis*. A *lexis* deve ser sempre o ponto de partida metodológico para os leitores de Platão.

A temporalidade da *lexis* não pressupõe que o Platão tenha o projeto de sua obra acabado desde o começo. Benoit considera *lexis* e *noesis* como resultados de toda a produção do autor. Portanto, a temporalidade da *genesis* e a temporalidade da *poiesis* não coincidem com elas. Tanto *lexis* quanto *noesis* são posteriores às outras duas temporalidades porque, afirma, provavelmente somente no fim da sua produção Platão conseguiu decifrar o enigma do tempo conceitual de sua obra.

A publicação do livro se fazia necessária porque traz aos estudiosos em Platão e público em geral uma ideia que vem há anos influenciando alunos e colegas de Benoit. Também é um alerta para que o leitor de Platão questione se o Platão que está lendo não é um texto recortado e completamente afastado da cena dramática. Benoit provoca o leitor a ler o texto platônico na sua arquitetura e no seu movimento e mostra que Platão está muito além daquele filósofo dogmático dos dois mundos, que condenou o corpo, o amor e a arte. Ao sabermos a origem dessa interpretação, podemos colocá-la em dúvida e olhar o Platão criador de uma filosofia poética. Ao encontrarmos nos diálogos um sinal de que o pensamento de Platão só estava terminado depois de sua obra ter sido escrita, de que sua filosofia foi um pensamento dinâmico sempre em construção, não uma doutrina, podemos ler os diálogos sem procurar neles um sentido pré-determinado.

Há que ter o cuidado, no entanto, de não nos deixarmos tomar por um medo das interpretações a ponto de cair em uma espécie de ódio aos intérpretes, lembrando a misologia à qual Sócrates se refere no *Fédon*. A

archai ἀρχαί

n. 16, jan.-apr. 2016

Eliane de Souza, Resenha: 'Benoit, H. (2015). *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo, Annablume', p. 351-360

leitura de um texto antigo não é um fim em si mesmo, nem que tenha um objetivo de reconstrução histórica. Quando se trata de uma leitura filosófica, a leitura que se faz, as questões que se coloca, têm a ver com nossa realidade, por isso dependem de ferramentas hermenêuticas. Várias interpretações aproximam os problemas filosóficos levantados por Platão a problemas filosóficos atuais e é isso que move a discussão e faz com que Platão seja um filósofo estudado ainda hoje.

O que Benoit propõe, um trabalho liberto de toda e qualquer exegese, é um primeiro trabalho metodológico necessário ao exame dos diálogos. Minha dúvida, porém, é se deve ser definitivo ou se o trabalho metodológico de Benoit pode ser um guia para reconhecer uma boa interpretação, aquela que ajuda a refletir sobre Platão sem mutilá-lo. Talvez não seja impossível conciliar a leitura que Benoit nos proporciona com a leitura da vasta e importante pesquisa em Platão. Como Benoit mostra, Platão tem muitos *logoi*. Por que não pode ser lido de várias maneiras?

Submetido em Agosto e aprovado para publicação em Setembro,
2015.

POLITIS, V. (2015).
THE STRUCTURE OF ENQUIRY
IN PLATO'S EARLY DIALOGUES.
CAMBRIDGE, CAMBRIDGE
UNIVERSITY PRESS

SABRIER, P. (2016). Resenha: Politis, V. (2015). *The Structure of Enquiry in Plato's Early Dialogues*. Cambridge, Cambridge University Press. *Archai*, n. 16, jan.-apr., p. 219-221
DOI: http://dx.doi.org/10.14195/1984-249X_16_13

Vasilis Politis' book provides a new insight into Plato's early dialogues. The purpose of the book is to defend an 'aporia-based account' of Plato's early dialogues against the common 'definition-based account'. Traditionally, the early dialogues are read as 'definitional' in the sense that the *ti esti* question is seen as the central question motivating the inquiry, and as 'aporetic' in the sense that they generally end in the failure of Socrates and his interlocutors to answer the *ti esti* question. Usually, the failure is attributed to the incapacity of Socra-

archai 

n. 16, jan.-apr. 2016

Pauline Sabrier, Resenha: 'Politis, V. (2015). *The Structure of Enquiry in Plato's Early Dialogues*. Cambridge, Cambridge University Press', p. 361-365

tes' interlocutor to provide an answer to the *ti esti* question which meets Socrates' requirements, which are that the question should be answered by giving a unitary, general and explanatory definition of Φ and not by pointing at an example. One problem with this view is that the reason for these requirements is either left unexplained, or it is explained dogmatically, by putting forward Plato's own theory of knowledge, or it leaves room for suspicions of scepticism, the failure of the dialogue pointing to the impossibility of knowledge. Starting from the difficulties raised by the traditional view, Politis develops a radically different approach in which the *ti esti* question is not any more the central question of the dialogue. Instead, he shows that the inquiry is motivated and structured by questions of the form 'whether or not Φ is Ψ ' which turn into aporiai when one or more of the interlocutors, after having argued on both sides of the question, face a conflict of reasons and it appears to them that there are equally good reasons on both sides. Based on textual evidence, Politis' central claim is that it is in order to find a way out of the aporia that the *ti esti* question, understood as the demand for a standard for a thing's being Φ , is raised in these dialogues, and furthermore, that it is in order to unlock the particular case of 'radical aporiai', that is aporiai which render every example-and-exemplar questionable, that Socrates requires a unitary, general and explanatory definition. It is thus the understanding of the early dialogues as being primarily aporia-based dialogues which provides the key to the *ti esti* question.

The book is divided into two parts. Part I is dedicated to the criticism of the 'definition based-account'. Politis' point is to show, against this view, that the *ti esti* question stands in need for justification, and consequently,

that the *ti esti* question cannot alone be the crux of the dialogue. Three elements are put forward: first, the place of the *ti esti* question in the inquiry, which, Politis shows, is raised at different places depending on the dialogue, including at the very end; secondly, Socrates' requirement to answer the *ti esti* question by giving a unitary, general and explanatory definition, and not by pointing at an example; and, thirdly, the supposed benefits of answering the *ti esti* question, which explains why it is seen as an indispensable step by Socrates and is pursued relentlessly. The second point has, in particular, crystallised the attention of critics. On the whole, those who have recognised the need for justification of the requirements for definitions have either argued against Plato that such a justification is missing (Peter Geach, famously) or that the justification is to be found in Plato's theory of knowledge. Politis argues for a third way namely, that Plato's justification is indeed to be found in the dialogues — this is the whole point of Part II — but that it is not to be found in his theory of knowledge. Large sections of Part I are dedicated to the latter issue, which certainly constitutes one of the main strengths of the book.

Part II is the constructive part of the book, where Politis argues that the raising and the pursuing of the *ti esti* question is in fact motivated by the emergence of an aporia within the dialogue. The first step consists in establishing that the *ti esti* question is always preceded, or raised together with, one or many questions of the form 'whether or not Φ is Ψ '. This claim is based on the study of a large range of dialogues — Charmenides, Euthyphro, Republic I, Gorgias, Hippias Major, Laches, Protagoras, Meno, Lysis — which are brought under close examination. In a second step, Politis shows how

archai 

n. 16, jan.-apr. 2016

Pauline Sabrier, Resenha: 'Politis, V. (2015). *The Structure of Enquiry in Plato's Early Dialogues*. Cambridge, Cambridge University Press', p. 361-365

Pauline Sabrier, Resenha: 'Politis, V. (2015). *The Structure of Enquiry in Plato's Early Dialogues*. Cambridge, Cambridge University Press', p. 361-365

some of these whether-or-not questions articulate an aporia, that is a conflict of reasons such that there appears to one and the same person to be genuinely good reasons on both sides of the whether-or-not question, and how then it is in order to find a way out of the aporia that a *ti esti* question, that is the question for a standard of a thing's being Φ , is raised. Again, the argument is carried through the careful study of four dialogues — Euthyphro, Charmides, Protagoras, Meno. Finally, Politis develops the notion of 'radical aporia' to explain that some aporiai are such that they render questionable every example-and-exemplars of a thing's being Φ , and that this is the reason why Socrates, in this precise situation, requires that the *ti esti* question must be answered not by pointing at an example but by giving a unitary, general and explanatory definition of Φ .

Politis' book is undeniably of great value for the study of Plato's early dialogues. Not only does it challenge the traditional view on the *ti esti* question, but it completely renews the role of aporiai in these dialogues. If aporiai still refer to a state of puzzlement, they are more fundamentally a decisive moment in an inquiry and they show that a further step is required in order to pursue the original issue. Given that whether-or-not questions naturally provide the ground for the emergence of aporiai, and given that, as Politis has shown, Plato in these dialogues takes the raising of whether-or-not questions as his starting-point, one could say in that sense that Plato is an aporetic thinker. However, this should not be interpreted in any way as implying that Plato is a sceptic. Politis devotes a chapter in Part II to refute this claim, which has been considered by Julia Annas and more recently defended by Michael Forster. Politis argues against this view that if there is indeed a sceptical

dimension in the method of aporia-based inquiries, the raising of the *ti esti* question shows on the contrary that the moment of the aporia is meant to be overcome. The ability of Politis to tackle all these different aspects of the topic is another major asset of this book. For instance, the apparent paradox of Socrates' ignorance, who on the one side denies that he possesses any knowledge but on the other side defends some strong positions, a paradox which becomes acute in the *Gorgias* for instance, is also addressed. Finally, the significance of the book goes beyond the early dialogues. As the author himself puts it, the careful study of the raising of the *ti esti* question brings us to 'the roots of Plato's essentialism', and as a result, it is likely that such an important change in the understanding of the role of the *ti esti* question in these dialogues will have consequences for our understanding of the theory of forms. In particular, the fact that only radical aporiai require answering the *ti esti* question with a unitary, general and explanatory definition could have implications for the question of whether there is a form for each and every thing. But this point goes well beyond the scope of the book, and accordingly, Politis does not deal with it. Nonetheless, this is another element which makes this book so valuable for any student of Plato and, I think, many students of philosophical method and enquiry.

Submitted in April and accepted for publication in August,
2015.

archai ἀρχαί

n. 16, jan.-apr. 2016

Pauline Sabrier, Resenha: 'Politis, V. (2015). *The Structure of Enquiry in Plato's Early Dialogues*. Cambridge, Cambridge University Press', p. 361-365